



» Entrevista | RAFAEL SAMPAIO | CANDIDATO A VICE-GOVERNADOR PELO NOVO

Ao *CB.Poder*, delegado da PCDF destaca a importância de ferramentas, como a inteligência artificial, para combater crimes. "O governo está claudicando", afirma. Sobre moradores em situação de rua, ele prioriza ações contra o uso de drogas

“Mais tecnologia para segurança pública”

» MANUELA SÁ*

Rafael Sampaio (Novo), candidato a vice-governador na chapa de Kiko Caputo (Novo), detalhou quais medidas tomaria em um eventual governo para melhorar a segurança no Distrito

Federal. Ontem, em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* — Sampaio afirmou ser importante melhorar a iluminação pública e as câmeras de videomonitoramento. Durante a

sabatina eleitoral, o delegado da Polícia Civil do DF defendeu a realização de exame toxicológico para que pessoas em situação de rua recebam benefícios sociais. As jornalistas Ana Maria Campos e Adriana Bernardes, o

candidato falou a respeito do uso de inteligência artificial para cruzar informações sobre mulheres que são potenciais vítimas de feminicídio e a necessidade de recompor as forças de segurança.



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Ed Alves/CB/D.A Press



O que precisa mudar ou ser aperfeiçoado em relação à segurança pública?

Nós preparamos um plano de governo bem extenso, envolvendo todas as áreas relevantes do Governo do Distrito Federal (GDF), com 344 propostas. Tive a honra de participar da concepção desse plano. Quando Kiko Caputo me convidou para integrar a chapa, fiquei extremamente feliz e me senti lisonjeado. Entendi que era uma mensagem muito clara do que ele esperava transmitir para a população do DF. Em primeiro lugar, houve uma clara preocupação com a segurança pública, sendo eu um integrante da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). É uma mensagem para os servidores públicos do DF, tendo em vista minha origem tanto como servidor quanto como líder de representação de classe, de que teremos as portas abertas para o diálogo com os servidores. Vejo que a segurança pública do DF não está bem. Isso quem diz é a própria população. Acompanhamos nos últimos anos um decréscimo, não só no DF, mas em todo o Brasil, dos crimes violentos, mas isso não foi acompanhado pela sensação de segurança. Recentemente, estive na Secretaria de Segurança e participei da coordenação e execução do plano de segurança. A gente observava pelos estudos que nós contratamos, como alguns da Universidade de Brasília (UnB), da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Universidade Católica de Brasília (UCB), de que o cidadão não está se sentindo confortável nas ruas do DF. Essa realidade precisa ser enfrentada.

De que forma um eventual governo seu e de Caputo vai devolver aos brasilienses essa sensação de segurança?

Precisamos enfrentar alguns temas para devolver essa segurança ao cidadão. Temas que muitas vezes não estão diretamente relacionados à parte da segurança pública. Todas as pesquisas indicam, por exemplo, que um dos fatores que mais gera medo é a falta de iluminação pública. Em todas as reuniões do Conselho de Segurança, ela aparece como uma das principais pautas a serem resolvidas. O governo está claudicando em relação a esse tema. Os estudos relacionados à sensação de segurança envolvem vários fatores e, muitos deles, não estão relacionados a uma atuação das forças de segurança, que é a área que nós tratamos como segurança pública ordinariamente. Temos a questão da desordem pública. A desordem gera violência. Isso é uma realidade. Os dados, no mundo todo, indicam isso.

Que tipo de desordem?

Todas. Ela começa desde o design de ambiente. Há estudos desenvolvidos tanto pela Secretaria de Segurança quanto pela Polícia Militar

do DF que mostram que há uma forma de prevenir o crime por meio do design de ambiente. Em Miami, nos Estados Unidos, por exemplo, exigem-se um relatório de impacto de segurança para grandes empreendimentos. Eles demandam que determinados empreendimentos, de acordo com o fluxo de pessoas que eles vão receber, instalem câmeras de videomonitoramento em pontos específicos e forneçam essas imagens para a segurança pública da cidade. Isso é uma medida relativamente simples que pode ser adotada pelo GDF. No começo do ano passado, tive a oportunidade de entregar a Sandro Avelar (ex-secretário de Segurança Pública do DF) uma ideia de projeto chamada Visão 360. Fico feliz, porque acho que, em alguma medida, isso foi executado pela Secretaria de Segurança. Era uma ideia, e não um projeto, porque não tinha os elementos de um projeto de política pública. O programa DF 360 é pior do que o projeto que concebi. O inteligenciamento desse programa é pífio. O sistema de emergência que nós utilizamos (hoje) é ultrapassado. Temos no mercado sistemas de atendimento de emergência muito superiores.

Temos tido, especialmente neste ano, situações graves envolvendo pessoas em situação de rua. Como os senhores pretendem resolver essa questão?

Todas as pesquisas indicam que a população em situação de rua vive no DF um problema de segurança pública, não um problema somente social. O censo dessa população, feito em 2022 pela primeira

vez e em 2025 pela segunda, indica que tínhamos, em 2025, mais de 3.500 pessoas em situação de rua no DF. Desse total, 79% usavam drogas quando passaram a viver nessa condição. Posteriormente, 86% declaram que são usuários de drogas. Ou seja, essas pessoas entre os 79% e 86% começaram a consumir droga depois de passarem a viver em situação de rua. Temos um problema de drogadição severo.

Qual política para esse grupo os senhores fariam em um eventual governo?

Não podemos alimentar um vício. Os benefícios que estão sendo fornecidos para esse grupo são chamados, pela própria população, de “vale-noia”. Eles são utilizados para alimentar um vício. Então, precisamos ter clareza nas nossas políticas e enfrentar a situação devidamente. Não dá para fingirmos que essas pessoas precisam de uma qualificação profissional. Não é só isso. Eles têm um problema de vício em droga. Nossa proposta é colocar em norma que é necessário um exame toxicológico para receber o benefício social.

Qual solução o senhor avalia para reduzir os crimes de feminicídio?

Esse é um problema sensível ao qual nós daremos toda atenção. Em relação à violência contra a mulher e contra vulneráveis, como um todo, podemos utilizar o instrumento da predição. Estamos vivendo uma revolução tecnológica, a revolução da inteligência artificial. Isso permite ao Estado confrontar dados

Não podemos alimentar um vício. Os benefícios que estão sendo fornecidos para esse grupo são chamados, pela própria população (em situação de rua), de 'vale-noia'”

Todas as pesquisas indicam, por exemplo, que um dos fatores que mais gera medo (à população) é a falta de iluminação pública”

em uma velocidade e a um volume que antes não era possível, respeitando a intimidade das pessoas e a proteção de dados. Precisamos cotejar dados da saúde, do serviço social, da segurança e da Justiça para entender qual o risco, diante da experiência que o Estado teve fazendo o atendimento às mulheres e a outros vulneráveis, que aquela pessoa está vivendo. Em uma situação em que uma mulher vai a um hospital lesionada, por exemplo, e convive com um indivíduo, podemos cotejar para ver quem é esse indivíduo. O Estado é muito amplo, e ele atende de várias formas o cidadão. Todas essas informações precisam ser utilizadas para que a gente consiga prever qual é o risco de essa mulher, estando com esse indivíduo, estar sendo vítima de violência ou de vir a ser no futuro. Isso é importante para que nós possamos monitorar de perto e para que não venhamos a ter uma nova vítima fatal.

Em relação ao déficit de pessoas nas forças de segurança pública, é possível equalizar isso em um mandato de quatro anos?

O DF vem tratando muito mal, ao longo da história, o Fundo Constitucional (FCDF, que destina recursos para segurança pública, saúde e educação). Entrei a fundo nesse debate quando fui presidente do Sindicato dos Delegados, porque nós vimos a fatia da segurança pública sendo reduzida com o tempo. A PCDF, que no início do Fundo Constitucional chegava a representar 20% do fundo, hoje, é pouco mais de 10%. Então, o Estado vai

espremendo a segurança pública para sobrar recursos para aquelas competências que são comuns, como saúde e educação. É competência da União e também é do DF. Segurança pública é competência exclusiva da União, ou seja, do Fundo Constitucional. É um problema de concepção do próprio fundo. Ele mistura competências distintas. Então, é interessante para o Estado sempre pressionar a segurança pública de modo que sobre mais recursos para gastar com educação e com saúde, que não dependem da legislação federal. Todas as bondades da saúde e da educação são dadas pelo governo local. É muito melhor para o governo local ter essa massa de manobra do que tentar lidar com a segurança pública, que depende, muitas vezes, da legislação federal. A recomposição das forças é urgente. Não tem como darmos as respostas que os cidadãos querem sem uma recomposição de quadros. Você consegue, de alguma forma, com tecnologia e com um videomonitoramento mais efetivo, mas você precisa dar a resposta, mandando o servidor e a viatura. Então, não é razoável nós termos quadros reduzidos quase pela metade ao longo do tempo, considerando que houve um aumento exponencial da população. Nós pretendemos usar muita tecnologia para melhorar a eficiência do Estado. No entanto, é como Kiko vem falando: o servidor público vai ser a energia que vai dar o choque de gestão que nós precisamos no DF.

*Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira